

GRUPO PARLAMENTAR



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 429/XIV/1ª

INFORMAÇÃO AOS CIDADÃOS SOBRE AS MELHORES PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO CORRENTE DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, COMO MÁSCARAS, VISEIRAS OU LUVAS, E INCENTIVO À OPÇÃO POR MATERIAL REUTILIZÁVEL

A pandemia COVID-19, provocada pelo vírus SARS-COV-2, veio impor um conjunto bastante alargado de restrições e de alterações àqueles que eram os hábitos diários da generalidade das pessoas, com vista a prevenir, conter, mitigar e tratar esta doença.

A imposição do confinamento teve, obrigatoriamente, de deixar de fora muitas pessoas que, de uma forma heroica (tendo em conta a exposição ao perigo a que se ficaram sujeitas) fizeram com que o país continuasse a funcionar naquilo que era essencial. Desde logo, os profissionais de saúde, que estão na primeiríssima linha da frente, mas também as forças de segurança, os trabalhadores de recolha de resíduos e todos aqueles que permitiram, pelo seu trabalho, o fornecimento de outros serviços essenciais à população. A todos é devido um profundo agradecimento e reconhecimento.

As regras estabelecidas de confinamento permitiram que as pessoas continuassem a dar apoio a quem dele precisasse e a comprar bens essenciais, o que significa que, por uma razão ou por outra, houve sempre quem continuasse a deslocar-se à rua. Face à situação, muitas pessoas, mesmo sem a recomendação expressa das autoridades de saúde, optaram logo por usar máscara protetora e luvas. Mais à frente, a própria Direção Geral de Saúde, tendo em conta as indicações da Organização Mundial de Saúde, começou a recomendar o uso de máscara como complemento de proteção, mas nunca

substituto de outros meios determinantes, como lavar adequadamente as mãos, tossir para o antebraço, evitar levar as mãos à cara, entre outros. Muitas mais pessoas, então, optaram pelo uso de máscara.

Agora, o país entrou numa outra fase, em que se procura, aos poucos e faseadamente, gerar alguma normalidade no que se refere ao funcionamento de serviços diversos, de estabelecimentos comerciais ou de atividades de produção. Nesta fase, é recomendado o uso de máscara, sobretudo em locais fechados onde existe alguma aglomeração de pessoas, e há situações em que se torna mesmo obrigatório o seu uso, designadamente em transportes públicos, superfícies comerciais, entre outros.

Face a esta situação, e tendo em conta a escassez e o elevado preço de máscaras que se encontram à venda, muitas pessoas optaram por aproveitar tecidos que tinham em casa, para começarem a produzir as suas próprias máscaras. Alguns serviços e indústrias também se viraram para a produção destes artigos, desde a grande indústria têxtil até à loja de costura de bairro.

A verdade é que as pessoas se confrontam, neste momento, com algumas questões e dúvidas que merecem ser esclarecidas, no momento em que muita gente se está a dotar de material para poder regressar às suas rotinas com a maior normalidade, mas também com a maior segurança possível. Por exemplo, a opção de comprar máscaras de proteção descartáveis é ambientalmente insustentável (porque são de usar e deitar fora) e, simultaneamente, tornam-se, no âmbito geral, mais caras. Então, é ou não seguro optar por máscaras, por exemplo, de tecido, que possam ser usadas, lavadas e reutilizadas? Todos os tipos de tecidos são eficazes? Que características devem ter essas máscaras para produzirem efeito de complemento de proteção? Requerem um filtro associado ao tecido? Estes são exemplos de algumas dúvidas que se colocam recorrentemente.

Tendo em conta o problema ambiental que se está a gerar com a descartabilidade destes materiais de proteção, deveria, na perspetiva do PEV, haver um incentivo para que os cidadãos optassem por materiais reutilizáveis. Para o efeito, é preciso que conheçam não apenas como deve ser constituído e construído esse material, mas também que cuidados devem ter na lavagem do

mesmo. Há uma temperatura adequada para serem lavados? Basta lavar com água e sabão? Estas são mais algumas dúvidas que se têm levantado sistematicamente a muitos cidadãos.

Mais, há uma outra questão associada a esta utilização massiva de máscaras, que se prende com o seu uso correto. Como deve ser colocada, usada e retirada a máscara, para que, ela própria, não constitua um risco de infeção para o utilizador?

O que se torna visível é que há uma panóplia significativa de dúvidas, que requerem respostas urgentes, porque as pessoas estão já a adquirir e a utilizar estes materiais de proteção. O Estado não deve demitir-se de prestar os esclarecimentos devidos, mas deve, neste caso, ser muito mais do que reativo – deve ser proativo e lançar campanhas intensas de informação e esclarecimento aos cidadãos sobre o tipo de material de proteção que pode ser usado, para que seja eficaz quanto ao objetivo traçado, e sobre a forma correta de utilizar esse material.

Demos, ao longo, desta exposição de motivos, introdutória do Projeto de Resolução que agora o PEV submete ao Parlamento, o exemplo das máscaras, mas outras dúvidas se colocam também em relação às viseiras e à utilização de luvas.

Assim, Grupo Parlamentar Os Verdes apresenta o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República, reunida em sessão Plenária, delibera recomendar ao Governo que promova uma intensa campanha de informação e esclarecimento aos cidadãos que seja:

- 1. Incentivadora, sempre que possível, da utilização de material de proteção individual reutilizável, e não descartável após uma única utilização;**
- 2. Formativa em relação à correta utilização dos materiais de proteção individual, como máscaras, viseiras ou luvas.**

3. Elucidativa quanto às características a que o fabrico de material de proteção individual deve obedecer.

Assembleia da República, Palácio de S. Bento, 5 de maio de 2020

Os Deputados

Mariana Silva

José Luís Ferreira